

I – A prática antropológica e o campo do patrimônio: trajetória e perspectivas

Histórias entrelaçadas: a materialização do Holocausto e da escravização de africanos na paisagem memorial do Rio de Janeiro¹

Luz Stella Rodríguez Cáceres

Simone Pondé Vassallo

O importante na memória, na recordação ou no esquecimento, não é tanto a verdade como o jogo de símbolos e a sua circulação, os desvios, as mentiras, as dificuldades de articulação, os pequenos atos falhados e os lapsos, em suma, a resistência ao reconhecimento.

(Achille Mbembe, *A crítica da razão negra*, p. 180)

Em dezembro de 2020, já derrotado nas urnas, mas ainda solto², o então prefeito Marcelo Crivella (gestão de 2017 a 2020 pelo PRB), bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), se apressou para inaugurar o inacabado Memorial do Holocausto no Rio de Janeiro antes do término do seu mandato. Ainda que a obra já estivesse concluída, o prefeito fez questão de deixar a sua marca num memorial que naquele momento não possuía sequer um roteiro museográfico. A inauguração precoce foi também um ato de despedida da sua lamentável gestão. Sua presença nesse ato não se deveu ao acaso. Crivella foi um apoiador insistente e proativo do projeto idealizado pelo falecido deputado Gerson Bergher, engavetado desde 1997. Para tanto, doou o terreno do Parque Yitzhak Rabin, no topo do Morro do Pasmado, em Botafogo, em área nobre da Zona Sul da cidade e com uma belíssima vista para a Baía de Guanabara.

1 Esse artigo se propõe a dar continuidade à reflexão desenvolvida em Vassallo e Cáceres (2019). Nossa análise vai até o final de 2020 e portanto não inclui a nova gestão municipal de Eduardo Paes, a partir de janeiro de 2021.

2 Crivella foi preso em 22 de dezembro de 2020 por suspeita de corrupção.

O memorial se destaca pelo obelisco de quase 22 metros que simboliza os dez mandamentos e chama a atenção para o terceiro: “Não matarás”. A obra foi uma parceria entre o poder público municipal, a Associação Cultural Memorial do Holocausto e a iniciativa privada. A construção foi alvo de inúmeras críticas pelas suas irregularidades. Além de provocar danos ambientais, se situa num trecho reconhecido pela Unesco como paisagem cultural do Rio de Janeiro, o que não é compatível com uma edificação desse porte e foi alvo de críticas de ambientalistas, de parte da sociedade civil e do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ÍCOMOS/Brasil).

Além do prefeito, o evento de inauguração contou com a presença de outras autoridades. Fábio Wajngarten, então chefe da Secretaria Especial de Comunicação do Governo Federal³ e representando o presidente da República, fez um relato emocionado sobre a perseguição sofrida por sua família durante a 2ª guerra, evidenciando a afinidade do atual governo com o Estado de Israel. Outras autoridades também estiveram presentes, como o governador Cláudio Castro – forte aliado do Presidente da República e então no PCS⁴ –, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, e o embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelley. Os participantes lembraram da importância da preservação dessa memória para que o holocausto nunca voltasse a acontecer (A TARDE, 2020). O evento foi condenado por Teresa Bergher, viúva do idealizador do projeto, já que o mais importante não seria a conclusão da obra física, mas sim a do conteúdo expositivo, que ainda não estava pronto. Para ela, a verdadeira inauguração só deveria ocorrer em meados de 2021, quando a exposição também já estivesse terminada. Mas

3 Wajngarten foi afastado do cargo em março de 2021 devido aos escândalos em que se envolveu, como o fato de ser suspeito de corrupção e peculato e ser alvo de inquérito da Polícia Federal. Além disso, Wajngarten é criticado por não ter realizado campanhas de esclarecimento e prevenção da covid-19.

4 Partido Social Cristão, de orientação à direita, fortemente alinhado com o presidente da República e com expressivo número de neopentecostais. É presidido pelo pastor Everaldo, preso em agosto de 2020 por suspeita de corrupção e lavagem de dinheiro.

isso só ocorreria depois de encerrado o mandato de Crivella, daí o interesse do prefeito em realizar uma cerimônia desprovida do seu principal conteúdo. E ela acrescenta que Crivella demonstrou total irresponsabilidade ao convidar mais de 300 pessoas para uma celebração em plena pandemia.

O empenho de Crivella na construção do Memorial se fez sentir em vários episódios ao longo do seu mandato, dedicando-se pessoalmente a esse projeto. No evento Show da Solidariedade, que aconteceu no Centro de Convenções Sul-América, no centro da cidade, em julho de 2018, o prefeito promoveu um espetáculo beneficente, do qual participou cantando ao vivo algumas das suas composições gospel, acompanhado de um coro de cinco vozes. Nessa oportunidade, Crivella demonstrou como os afetos particulares se entremeiam às políticas memoriais, anunciando que a obra, orçada em 15 milhões de reais, seria financiada por recursos privados e que a prefeitura “só” teria doado o terreno. Incentivando o público a fazer suas contribuições, informou que no folheto entregue na entrada se encontravam os dados bancários para serem efetuados os depósitos, e em seguida afirmou que doaria 100 mil reais do seu próprio bolso para ajudar na sua construção (MIGUEZ, 2018).

O projeto de criação do Memorial do Holocausto Judeu correu em paralelo ao de outro memorial, destinado às vítimas da escravidão e do tráfico transatlântico negreiro. Em 2011, na região portuária do Rio de Janeiro, o Cais do Valongo foi desenterrado, encarnando o testemunho material do maior porto de desembarque de africanos escravizados do país e talvez do mundo. A partir de então, lideranças do movimento negro, representantes do poder público e pesquisadores se empenharam para que o local ficasse exposto ao público e fosse transformado num memorial da diáspora africana (VASSALLO; CICALO, 2015). Seus esforços culminaram com o reconhecimento do sítio arqueológico pela Unesco, em 2017.

No entanto, o memorial vem encontrando inúmeros obstáculos para a sua concretização, principalmente a partir da virada política ultraconservadora que ocorreu a partir de 2016 tanto em nível municipal quanto federal. Desde então, o memorial da diáspora africana e o museu que deveria in-

tegrá-lo não mobilizam nenhum esforço institucional ou pessoal por parte das autoridades responsáveis, muito pelo contrário (VASSALLO; CÁCERES, 2019). A título de exemplo, enquanto Crivella alardeava sua doação pessoal de 100 mil reais e destinava em nome da prefeitura um terreno público em área nobre para a construção do Memorial do Holocausto Judeu, disponibilizou apenas 1.000,00 (mil reais do) orçamento municipal de 2017 para a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade que integraria o Memorial do Cais do Valongo. Entre outros gestos de desprezo, Crivella não compareceu à festa de celebração do reconhecimento do Cais pela Unesco e nem mandou representante.

É impossível não apontar para as duas facetas de Crivella que transparecem na sua relação com ambos os memoriais. De um lado, florescem seus afetos pessoais e interesses político-religiosos; de outro, age como governador “austero” da cidade ou se faz ausente. O memorial da diáspora africana, materializado no sítio arqueológico Cais do Valongo, encontra-se mal preservado e em processo de degradação, até hoje não recebeu a devida atenção das instâncias municipal e federal, responsáveis pela sua preservação, e corre o risco de perder o título que obteve da Unesco. Assim, a gestão do Cais do Valongo vem se tornando o antimodelo da relação do poder público com as memórias traumáticas. Enquanto isso, o Memorial do Holocausto recebeu todo o apoio da prefeitura e tem a sua importância reconhecida pelo governo federal. Ambos os modos de proceder ocorrem simultaneamente, deixando claras as escolhas e orientações políticas tanto do executivo municipal quanto do federal, responsáveis pela preservação do Cais.

A forma como cada uma das propostas memoriais foi incorporada pela administração pública em termos de financiamento, manobras do poder público e apoio concreto ergue alguns questionamentos. Por que o prefeito Crivella apoiou sem restrições o Memorial do Holocausto assim que assumiu o mandato? Por que se apressou para promover uma inauguração precoce antes de desocupar o cargo? Por que não aparenta ter feito nenhum esforço em relação à criação de um memorial que contemplasse a história

dos africanos e afrodescendentes no Brasil? As diferenças no modo de agir da prefeitura são gritantes: se houve empenho e excesso de celeridade na criação do Memorial do Holocausto, o memorial do Cais do Valongo se concretiza morosamente, através de um lento e inacabado processo que exige a participação constante do Ministério Público para que as responsabilidades do poder público sejam minimamente cumpridas.

Este artigo tem o intuito de responder às questões acima – trazendo elementos que contextualizem e complexifiquem esse fenômeno – e refletir sobre as implicações desse engajamento diferenciado. A divergência em termos de apoio poderia nos conduzir a um aparente paradoxo: por que se engajar na publicização do genocídio de um povo, mas não no de outro? Acreditamos que tal fato esteja diretamente relacionado às apropriações de símbolos judaicos e de Israel por parte da direita ultraconservadora que nos últimos anos assumiu o poder tanto no município do Rio de Janeiro quanto no governo federal. Assim, seguindo a interpretação de Enzo Traverso (2005), pensamos que, nesse contexto, os memoriais judeus se esvaziam de seus significados relacionados às denúncias de crimes contra a humanidade.

Ainda nas trilhas de Traverso, acreditamos a história do Holocausto e a do colonialismo que levou à escravização de milhões de africanos estejam profundamente entrelaçadas de diferentes maneiras e que o excesso de visibilidade de uma esteja diretamente relacionado ao ocultamento da outra. Portanto, retirar de um Memorial do Holocausto a possibilidade de uma reflexão profunda sobre esse e outros crimes contra a humanidade consiste em esvaziá-lo da sua real dimensão política e potencial de transformação.

UM MEMORIAL NEGRO

O sítio arqueológico Cais do Valongo foi desenterrado em janeiro de 2011 na Zona Portuária do Rio de Janeiro por pesquisadores universitários interessados em investigar a história da escravidão na cidade. O Cais se localiza numa região também conhecida como “Pequena África” onde, desde os anos 1980, lideranças negras, pesquisadores e alguns representantes do po-

der público se empenham em dar visibilidade às memórias da sua marcante presença africana e afrodescendente durante a escravidão, o pós-abolição e a primeira metade do século XX (VASSALLO, 2015; GUIMARÃES, 2014). Na mesma localidade encontram-se dois outros importantes patrimônios que atestam a histórica presença negra: o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal⁵. Portanto, para os ativistas negros, trata-se de uma localidade investida de uma forte conotação política, pois simboliza a enorme presença africana e afrodescendente na cidade, suas matrizes culturais que tanto influenciam a sociedade como um todo, e suas múltiplas formas de resistência. Por isso, para eles, é tão importante que esses locais, suas histórias e suas memórias se tornem públicos. Desde os anos 2000, essa mesma região é alvo de projetos de revitalização por parte da prefeitura, o que lhe confere grande visibilidade na grande imprensa e para o restante da cidade, e gera inúmeras tensões (VASSALLO, 2015; GUIMARÃES 2014).

Segundo os arqueólogos responsáveis pela escavação do Cais, seu interesse reside no fato de ter sido o local por onde cerca de 1 milhão de africanos escravizados desembarcaram durante as primeiras décadas do século XIX. Esses mesmos arqueólogos se empenharam em divulgar a história do Cais para lideranças do movimento negro, acreditando que deveriam ser atores fundamentais no processo de patrimonialização. Foi assim, através de um complexo processo, que essas lideranças começaram a ter contato com o sítio arqueológico e sua história diretamente relacionada à chegada de africanos escravizados no país (VASSALLO; CICALO, 2015).

Desde então, no entorno do Cais, lideranças negras organizam eventos culturais e religiosos, como rodas de capoeira e outras práticas afrodescen-

5 O Cemitério dos Pretos Novos é considerado o maior cemitério de africanos escravizados das Américas, onde cerca de 30 a 40 mil africanos recém-desembarcados foram enterados em sumárias condições, entre fins do século XVIII e início do XIX. A Pedra do Sal foi tombada em 1984 pelo INEPAC como um patrimônio negro que simboliza a marcante presença negra no pós-abolição e que se traduz na criação do samba como gênero musical, na importância das religiões de matriz africana e na construção da cultura afro-baiano-carioca.

dentes, lavagens religiosas, feiras de artesanato afro e eventos de celebração de datas e personalidades negras. Para eles, trata-se de um local de ancestralidade por onde desembarcaram os orixás, a cultura e os antepassados vindos da África. O Cais também passou a integrar circuitos de turismo de memória e a receber visitas de estudantes do ensino básico.

Desde 1994, a Unesco criou o Projeto Rota do Escravo (RDE) que procura dar visibilidade aos locais inseridos no circuito transatlântico do tráfico negreiro e estimular a reflexão crítica sobre os efeitos da escravidão no passado e no presente. Alguns integrantes do movimento negro que já conheciam o projeto da Unesco perceberam rapidamente a importância estratégica do Cais, o que também foi compartilhado pelo representante do RDE no Brasil. Juntos, conseguiram sensibilizar representantes da prefeitura de Eduardo Paes (gestão 2009-2016, pelo PMDB) e do governo federal, ainda na gestão de Dilma Rousseff (2011-2016, pelo PT), para que o Cais fosse reconhecido pela Unesco. Para tanto, foi preciso haver uma forte mobilização do Iphan, da Fundação Cultural Palmares e de alguns setores da prefeitura do Rio de Janeiro.

Através dessas ações, o Cais foi reconhecido pelo Projeto Rota do Escravo. Em 2013, Ali Moussa Iye, diretor do projeto Rota do Escravo da Unesco, veio ao Rio de Janeiro e colocou pessoalmente uma placa comemorativa no sítio arqueológico. Além disso, em julho de 2017, o Cais foi reconhecido como patrimônio da humanidade pela Unesco na categoria “sítio de memória sensível”, que diz respeito a locais que testemunharam um dos maiores crimes contra a humanidade e que devem ser lembrados para que tais crimes nunca mais voltem a ocorrer.

O dossiê de candidatura do Cais junto à Unesco denuncia o fato do Rio de Janeiro e do Brasil terem sido respectivamente a maior cidade e o maior país escravagistas do mundo, na medida em que foram os locais que mais receberam africanos escravizados. Assim, o reconhecimento do Cais representa uma mudança radical na narrativa oficial sobre a escravidão, na medida em que o governo federal, através do Iphan, reconhece o envolvimento do Estado brasileiro no crime contra a humanidade que foi a escravização

e o tráfico de africanos. Essa representação se opõe frontalmente à grande narrativa da democracia racial que por muitas décadas fundamentou a identidade nacional brasileira, o que não é pouco. Ainda que todo esse processo tenha sido perpassado por inúmeras tensões e divergências (VASSALLO; CICALO, 2015), contribuiu para dar visibilidade a pleitos do movimento negro e fortaleceu pedidos de reparação reivindicados por alguns de seus setores.

O acordo com a Unesco previa a criação de um museu ou centro de referência, em local bem próximo ao Cais, que contribuiria para a construção da narrativa que, sozinho, o sítio arqueológico não teria condição de oferecer. O projeto de criação de um museu da diáspora africana envolveu integrantes da equipe do dossiê de candidatura do Cais junto à Unesco, lideranças negras e representantes da prefeitura de Eduardo Paes, dentre outros. Mas esse projeto perdeu força quando Crivella assumiu a prefeitura, em 2017. Com a chegada dos novos gestores municipais, o museu passou a se situar no cerne de uma disputa política (VASSALLO; CÁCERES, 2019). Apesar desse memorial não despertar nenhum interesse no novo chefe do executivo municipal, sua então secretária de Cultura, Nilcemar Nogueira⁶, fez dele um projeto pessoal. Para tanto, desprezou a iniciativa anterior e seus defensores e, em seu lugar, sugeriu o MEL (Museu da Escravidão e da Liberdade), posteriormente transformado em MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira) devido às inúmeras críticas das lideranças do movimento negro (VASSALLO; CÁCERES, 2019).

De acordo com o dossiê do Cais para a Unesco, o museu deveria ser alocado no prédio das Docas Pedro II, uma construção monumental pertencente à União, datada de 1871 e localizada bem em frente ao Cais. A partir do momento em que o Armazém das Docas tem a sua trajetória atrelada ao Cais do Valongo, ele passa a se situar no epicentro de uma enorme disputa

6 Nilcemar Nogueira é uma mulher negra, neta do sambista e compositor Cartola e empreendedora cultural. Foi responsável pela criação do Museu do Samba e protagonizou o processo que culminou com o registro das matrizes do samba como patrimônio cultural imaterial no Iphan.

jurídica que até hoje não se resolveu e que contribui para a morosidade da criação do museu.

Desde 2000, o prédio abriga a ONG Ação da Cidadania, fundada pelo sociólogo e ativista de direitos humanos Herbert de Souza, conhecido como Betinho, e se torna referência central para os movimentos sociais brasileiros pelo seu importante programa de combate à fome. A construção, de usufruto do Ministério Público Federal, foi cedida à ONG através de acordo envolvendo a própria União, com o apoio incondicional da então primeira-dama Ruth Cardoso. Desde então, a ONG investiu na recuperação e preservação do prédio sem receber jamais uma contrapartida da União. A partir do interesse pela recuperação do espaço para materializar o museu ou centro de interpretação relacionado ao Cais do Valongo, a ONG passou a ser vista por alguns atores como antagonista e deu-se início à tentativa da sua retirada do local.

Porém, com a volta do Brasil ao mapa da fome e, mais recentemente, com a pauperização de vários setores da população, provocada pela pandemia, as ações da ONG no combate à fome se intensificaram e voltaram a adquirir grande legitimidade, justificando assim a sua permanência no prédio. Já o futuro do museu ou Centro de Interpretação do Cais do Valongo é mais que incerto, dado que sua gestão depende da Fundação Palmares, atualmente dirigida por Sérgio Camargo, que nega que a escravidão tenha sido ruim para os negros e sem pudor tem declarado que, pelo contrário, ela trouxe até benefícios.

Com as dificuldades crescentes de ocupação do prédio das Docas Pedro II, Nilcemar Nogueira transferiu provisoriamente a sede do MEL/MUHCAB para o Centro Cultural José Bonifácio, o único da prefeitura dedicado à cultura afro-brasileira, tradicionalmente gerido por representantes do movimento negro e também localizado na Zona Portuária. O imponente prédio que abriga o centro cultural foi fundado ainda durante o Império, em 1877, para abrigar a primeira escola pública primária da América Latina. Em 2011, a construção foi objeto de um grande restauro, durante o projeto Porto Maravilha de revitalização, na gestão de Paes. No entanto, desde que foi rei-

naugurado, em 2013, o imóvel monumental nunca conseguiu desenvolver as atividades culturais a que se propunha, e abriga apenas algumas reuniões da administração pública, reuniões de lideranças locais e umas poucas e ocasionais atividades culturais relacionadas à temática negra. A transferência do MEL/MUHCAB para lá não conseguiu reverter o quadro de abandono estrutural da edificação e nem do projeto museológico. As suas mais de dez amplas salas permanecem vazias e sua deterioração expõe a fragilidade do projeto museográfico, que não foi adiante depois que Nilcemar Nogueira foi exonerada do cargo pelo prefeito Crivella.

No seu acervo, o museu deveria abrigar parte dos quase 1,5 milhões de objetos encontrados durante a escavação do Cais do Valongo e seu entorno. A trajetória desses objetos contribui para evidenciar a falta de atenção e de interesse por parte dos gestores públicos. Com o término do contrato da primeira empresa de monitoramento do sítio arqueológico e seu entorno, as peças ficaram se deteriorando por alguns anos em contêineres sob o então existente viaduto da Perimetral. Elas só foram retiradas de lá graças à ação do Ministério Público, em 2016, através de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) envolvendo o Iphan e a Prefeitura do Rio.

Os objetos foram então para o Galpão da Estação Marítima, na Gamboa, e começaram a ser triados e examinados pela equipe arqueológica do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Washington Fajardo, então diretor do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH)⁷, na gestão de Eduardo Paes, fez o projeto de transformar o local no Laboratório Aberto de Arqueologia Urbana (LAAU), onde as peças seriam tratadas, pesquisadas e abertas à visitação pública. De acordo com o TAC, a prefeitura ficaria responsável pela adequação e manutenção do Galpão da Gamboa, bem como pela implantação do LAAU no local. No entanto, com a chegada de Crivella à prefeitura, o projeto, que já encontrava dificuldades na gestão de Paes, não foi adiante e o contrato com o IAB foi interrompido. Em janeiro de 2020, numa

7 Órgão municipal que substituiu a Subsecretaria de Patrimônio Cultural depois que o Rio de Janeiro foi reconhecido pela Unesco no quesito “Paisagem Cultural”, em 2012.

tentativa de visita ao local, fomos informadas por alguns seguranças que uma nova equipe de arqueologia estava responsável pelo cuidado com as peças, mas não conseguimos nenhuma informação adicional. Assim, artefatos, pedras e prédios têm contribuído para a reafirmação da presença negra escravizada na região portuária e parecem prontos para nos contar em detalhes uma história que luta para não ser apagada, mas eles não falam por si, políticas da memória são necessárias para que as vozes dos materiais possam ser escutadas.

De acordo com os critérios determinados pelo dossiê de candidatura do cais, e em consonância com a Unesco, o Iphan é o órgão responsável pela sua manutenção. Cabe a ele fiscalizar o bem tombado e implementar políticas gerais. Já a prefeitura, nesse mesmo termo de compromisso, assinado na gestão de Marcelo Crivella, seria responsável pela segurança, manutenção, fiscalização, sinalização, iluminação e acolhimento dos turistas e visitantes, mas até o presente momento só se percebem os sintomas da falta do cuidado da prefeitura com o bem tombado. Não há iluminação noturna e nem acolhimento específico aos turistas. O local se tornou ponto de moradores de rua e usuários de crack que ali mesmo evacuam e jogam lixo (VASSALLO; CÁCERES, 2019). Muito mais que a presença da ONG, é a ausência da esfera pública que tem contribuído para a deterioração do sítio arqueológico Cais do Valongo e para a inviabilidade do seu museu.

Podemos perceber que o Cais do Valongo e o projeto de museu da escravidão ou da diáspora estão diretamente relacionados às lutas do movimento negro por reconhecimento e contra a desigualdade racial, bem como à afirmação da ancestralidade e das memórias negras em um território já investido de uma forte dimensão política. Eles mobilizam diversas lideranças negras em suas lutas por visibilidade e participação e acionam uma gramática que reúne termos como holocausto negro, ancestralidade africana, democratização, reparação e igualdade racial. Da mesma forma, contribuem para as críticas ao mito da nação brasileira como uma democracia racial e para novas narrativas oficiais que assumam a desigualdade racial e os crimes cometidos contra os africanos e seus descendentes. E é justamente devido a

essas características que, no contexto político ultraconservador que tomou conta da prefeitura e do governo federal, tais iniciativas são mais uma vez silenciadas. Os entraves no Memorial do Cais do Valongo e seu respectivo museu podem ser examinados pelo viés das memórias nacionais que resistem em revisitar passados dolorosos, evidenciando a continuidade de certas formas de dominação.

SÍMBOLOS JUDEUS NA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Enquanto os locais e os símbolos diretamente relacionados à presença negra na cidade e às lutas contra a desigualdade racial são alvo de tentativas de silenciamento e esquecimento por parte do poder público, abundam os símbolos e referências a Israel e ao judaísmo no atual contexto em que grupos ultraconservadores assumem o executivo federal e municipal. Assim, as respostas às perguntas mencionadas na introdução deste artigo começam pela constatação da cada vez mais acentuada apropriação de símbolos judaicos, sionistas e israelenses por grupos de direita não judeus, geralmente cristãos e conservadores, que os ressignificam a partir de perspectivas políticas e ideológicas e não mais necessariamente étnicas e religiosas.

Michel Gherman, que analisa o uso de referências judaicas na política brasileira, declara que: “No atual contexto político brasileiro, pode-se afirmar que, hoje, há poucas referências mais cristãs do que o azul e branco, a bandeira de Israel, os símbolos sionistas ou mesmo as práticas religiosas judaicas” (GHERMAN, 2020). Segundo o autor, tal apropriação ocorre sobretudo por parte de uma militância ultraconservadora que ele chama de “não-judeus judeus”.

O espaço generoso que o judaísmo passou a ocupar na agenda pública e nos grupos da “nova direita” ajuda a compreender o “flerte” de Crivella com parte da comunidade judaica do Rio de Janeiro. Esse judaísmo, que Gherman qualifica como imaginário, tem por base a militância antissocialista radical de direita, que exclui e ignora qualquer traço progressista de Israel. No entanto, a identidade judaica, muito mais diversa que essa ima-

gem monolítica de Israel, põe em xeque as promessas totalitárias do conservadorismo. Para o autor, “a Israel imaginária surge como uma espécie de barreira civilizatória onde esquerda, secularismo, feminismo, direitos humanos e outras agendas progressistas ficam de um lado, enquanto o oposto a isso (direita, religião, securitismo, família etc.), fica de outro” (GHERMAN, 2020). Essa nova comunidade judaico-cristã compartilha três eixos formadores principais, que são:

... a *Bíblia* (em uma leitura cristã), as armas (o valor da defesa como superior ao valor da vida), e o capitalismo (judeus tidos como representantes de uma perspectiva ultraliberal e antiestado). São esses pontos que acabam por pavimentar o caminho para a ideia de “judeu imaginário”, que tem se tornando gradativamente importante para os grupos conservadores brasileiros nos últimos anos (GHERMAN, 2020).

No Brasil contemporâneo, as igrejas evangélicas neopentecostais vêm incorporando cada vez mais elementos rituais do judaísmo e trechos da liturgia judaica a seus cultos. O Templo de Salomão, por exemplo – sede da Igreja Universal do Reino de Deus, em São Paulo –, está repleto de símbolos judaicos. O bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e tio de Crivella, já tem aparecido em público ostentando uma vasta barba branca, usando kipá e talit⁸, muito utilizados no judaísmo ortodoxo.

A IURD tem como projeto não apenas a propagação de uma crença religiosa, mas também a conquista do poder político, através da ocupação de cargos nos poderes executivo e legislativo. Junto com outras igrejas neopentecostais, formam a chamada “bancada evangélica” da Câmara de Deputados, que tem se caracterizado pelo empenho na defesa de pautas ultraconservadoras que condenam as políticas de promoção de igualdade de gênero, de igualdade racial, de proteção a grupos indígenas e quilombolas,

8 Kipá é um pequeno chapéu redondo que tem a função de cobrir a cabeça na presença de Deus. Talit é um manto que também cobre a cabeça e possui uma função religiosa semelhante.

de redistribuição de renda e de defesa dos direitos humanos. Para tanto, acionam léxicos como “Deus”, “família” e “nação” em detrimento de “democracia”, “estado de direito” e “cidadania” (ALMEIDA, 2017a; 2017b).

É nesse contexto que Marcelo Crivella assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro pelo PRB, partido formado majoritariamente por neopentecostais, e cuja ascensão expressa a atual “onda conservadora”, deixando clara a sua orientação moral e política. No caso do Governo Federal, vale lembrar que Bolsonaro utiliza-se fartamente de símbolos israelenses, sobretudo a bandeira de Israel, desde a sua campanha presidencial. Lembremos também da sua intenção de transferir a embaixada do Brasil em Israel de Tel Aviv para a Palestina e do fato de ter convidado judeus para integrar importantes cargos no governo federal, dentre eles o ex-secretário de Comunicação, mencionado acima.

Esse alinhamento com um Israel imaginário repercute em outras esferas sociais. O jornal Extra de 3 de janeiro de 2021 nos surpreendeu ao noticiar a existência do “Complexo de Israel”, nome com o qual foi batizado um conjunto de favelas na Zona Norte do Rio por delinquentes que se dizem evangélicos e que, entre outras regulamentações, proibiram em seus domínios a prática de religiões afro-brasileiras. Na comunidade do Quitungo, em Brás de Pina, dominada por paramilitares que unem tráfico e milícia, as imposições dos traficantes do “Complexo de Israel” vão desde a expulsão de pais e mães de santo da favela até a proibição de que moradores usem roupas brancas – cor associada ao candomblé. Do inquérito da Polícia Civil divulgado pelo jornal, vale à pena ressaltar o trecho abaixo em que Israel, o judaísmo, seus símbolos e seus ícones são instrumentalizados para interesses ideológicos:

No “Complexo de Israel”, os traficantes usam símbolos do Estado de Israel, como a bandeira do país e até a Estrela de Davi, para demarcar o seu domínio. Há bandeiras hasteadas nas favelas Vigários Geral e Parada de Lucas e várias Estrelas de Davi desenhadas em muros pelas favelas. Uma teoria prevalente em algumas correntes evangélicas, particularmente as neopentecostais, prega que a criação do Estado de Israel foi o prenúncio da volta de Jesus Cristo.

A obsessão de Peixão, chefe do tráfico das favelas, pela fé judaica, já foi testemunhada durante uma operação da Polícia Civil em Parada de Lucas. Num esconderijo subterrâneo usado pelo traficante para se esconder durante incursões policiais, agentes encontraram – além de munição para uma metralhadora antiaérea e coletes balísticos – um exemplar de luxo da Torá, o livro sagrado do judaísmo. Segundo a Polícia Civil, Peixão gosta de ser chamado, por seus comparsas, de Arão – referência ao irmão de Moisés, personagem bíblico (EXTRA, 2021).

Parece que cada um desses atores constrói um Israel para chamar de seu, cujos símbolos são reconhecidos e valorizados como referência de ativismo não apenas para a nova direita, mas para as milícias nas suas diferentes expressões. Um exemplo disso é quando a ativista bolsonarista Sara Winter, presa em 2020 pela Política Federal por financiamento de atos antidemocráticos, se apresenta envolta numa bandeira de Israel, presa nas suas costas tal como um manto, em suas “Cruzadas” contra pretensas propagações do comunismo e pela defesa de valores supostamente cristãos⁹. É levando em conta o uso extensivo de símbolos de Israel pela nova direita brasileira que nos permitimos pensar os termos em que ora se permite e ora se impede, no Rio de Janeiro, a materialização de memórias das duas tragédias que constituem os maiores reversos da modernidade, que são o Holocausto judeu e a escravização de africanos e seus descendentes.

HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS

Mas por que trazer um memorial do Holocausto para pensar nas dificuldades de implementação do memorial do Cais do Valongo? Quais seriam as possíveis relações entre ambos? Quais seriam os elos entre o Holocausto judeu e o genocídio perpetrado aos milhões de africanos escravizados e seus descendentes?

9 Sara Winter faz parte do movimento “300 do Brasil”, um grupo armado de extrema-direita, formado por apoiadores de Bolsonaro, que acampou em Brasília, em 2020, até ser desfeito pelo governo do Distrito Federal.

No contexto carioca, o tratamento desigual dessas memórias por parte de representantes do poder público nos permite refletir sobre uma relação necessária, ainda que nem sempre óbvia, entre colonialismo e Holocausto. Em *Le passé, modes d'emploi*, Enzo Traverso chama a atenção para como o Holocausto, transformado numa “religião civil” do mundo ocidental, é usado como uma ferramenta para fazer a apologia da ordem atual do mundo:

Um dos riscos é o de ver o nazismo como uma legitimação em negativo do Ocidente liberal, considerado como o melhor dos mundos. O Holocausto funda assim uma espécie de teodicéia secular que consiste em rememorar o mal absoluto para nos convencer que o nosso sistema encarna o bem absoluto (TRAVERSO, 2005, p. 110-111).

Para tanto, tem sido conveniente esquecer como o colonialismo europeu, fruto legítimo do Ocidente liberal, forneceu aos nazistas boa parte do seu repertório de violência e opressão. O Holocausto representou uma “forma de comportamento radical e extremo que não era desconhecida na história do colonialismo” (ZIMMERER, 2005, p. 211, *apud* RIBEIRO, 2016).

As conexões entre o *modus operandi* genocida que se abateu sobre as populações nativas nos mundos coloniais e o que acometeu as minorias étnicas ou religiosas no contexto europeu têm sido identificadas e analisadas por contribuições interdisciplinares diversas, ainda que nem sempre partindo das mesmas premissas ou chegando às mesmas conclusões (GELLATELY; KIERNAN, 2003, p. 117-85).

Assim, o nazismo não se inscreve na história do Ocidente apenas como expressão extrema do contra-Iluminismo: “A sua ideologia e a sua violência condensaram várias tendências presentes na Europa desde o século XIX: o colonialismo, o racismo e o antissemitismo moderno. Foi um filho da história Ocidental. E a Europa liberal do século XIX foi a sua incubadora” (TRAVERSO, 2005, p. 113).

Não é por acaso, portanto, que a contraface da memória do Holocausto, retomado como outro absoluto, singular e único, seja o esquecimento do passado colonial. Nos Estados Unidos, como observa Traverso (2005),

a tradução dessa seletividade se manifesta na conspícua ausência de locais de memória dedicados à escravidão. O autor sinaliza o paradoxo que foi a criação de um museu federal do Holocausto nos EUA, consagrado a uma tragédia ocorrida na Europa, enquanto nada de comparável havia sido criado para as duas experiências fundadoras da história americana, que são o genocídio dos índios e a escravização dos negros. E “enquanto se inaugurava o museu do Holocausto, em 1995, os Correios emitiam um selo que celebrava o bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki como o feliz acontecimento que havia posto fim à Segunda Guerra Mundial” (TRAVERSO, 2005, p. 78).

Para Traverso, ocorre nos EUA uma americanização da memória do Holocausto que é inconsequente, apolítica e desvinculada das reais divisões que permeiam a sociedade norte-americana. Segundo ele, “O risco não é o de esquecer a Shoah, mas o de fazer um mau uso da sua memória, de embalsamá-la, de a fechar (sic) nos museus e de neutralizar o potencial crítico, ou, pior, de a submeter a um uso apologético da atual ordem mundial” (TRAVERSO, 2005, p. 110). Para o autor, seria muito mais importante aproveitar as celebrações em torno de Auschwitz para realizar uma reflexão crítica acerca do presente.

Um caminho semelhante ao dos EUA é trilhado no Brasil e estaria sendo reproduzido nas atuais políticas da memória. As memórias públicas da escravidão são apagadas no nosso país, os poucos espaços dedicados a ela são incompatíveis com a dimensão dessa tragédia não quantificável e seus efeitos contemporâneos – o sofrimento infligido, o racismo praticado cotidianamente, a exclusão de uma ampla parcela da população brasileira. Assim, não conduzem a uma reflexão crítica sobre esse passado e nem à sua permanência no presente, que se expressa na desigualdade racial estrutural que caracteriza a sociedade brasileira. Para Traverso, há algo de indecente no fato de serem justamente os responsáveis pela existência das prisões de Guantánamo e Abu-Ghraib (Dick Cheney, Tony Blair e Sílvio Berlusconi) que representaram suas respectivas nações em cerimônia consagrada às vítimas do nazismo. Inspirando-nos em sua provocação, podemos nos

perguntar o quão indecente e imoral é a presença de Crivella e de outros políticos que representam governos de extrema-direita na inauguração do Memorial do Holocausto Judeu no Rio de Janeiro.

Não propomos aqui uma hierarquia de eventos históricos e nem uma guerra de memoriais concorrentes. Mas é preciso matizar o dogma da incomparabilidade do Holocausto frente ao silêncio sobre o colonialismo e a escravidão. Muitas são as razões para defender a singularidade absoluta do genocídio nazista. Para Ribeiro (2016), é justamente essa singularidade – que confere ao Holocausto um significado paradigmático e legítimo – que exige a comparação com outros processos de genocídio. O paralelo não sugere uma relativização ou uma desvalorização do significado do Holocausto. A comparação entre crimes nazistas e violências coloniais atravessa os escritos de Frantz Fanon e mesmo as declarações do Tribunal Russell sobre o Vietnã. E como afirma Traverso,

Se as câmaras de gás não têm equivalente fora do Terceiro Reich, as suas premissas históricas – o antissemitismo, o racismo, o colonialismo, o contra-iluminismo, a modernidade técnica e industrial – estão largamente presentes, em graus de intensidade distintos, no conjunto do mundo Ocidental (TRAVERSO, 2005, p. 144).

Assim, devemos nos perguntar se no avançado projeto do Memorial do Holocausto no Morro do Pasmado também será refletida a experiência da violência colonial, da escravização e do racismo que estão na raiz dos processos de desumanização que permitiram a realização de uma barbárie moderna. Poderíamos esperar que numa “era das memórias” (TRAVERSO, 2005), guiada por uma “política das exculpações” (TROUILLOT, 2000), o debate sobre as reparações e a importância dos passados na interpretação do presente seja também mobilizado no Memorial do Holocausto para a compreensão do Holocausto Negro? Qual será o grau de comprometimento político e ideológico do Memorial do Holocausto Judeu do Rio de Janeiro e os seus modos de interrogação sobre o presente? Afinal, trazer as memórias do passado só tem sentido se for para propiciar ações engajadas no presen-

te. Sacralizar a tragédia, transformando-a num monumento a ser cultuado, imobiliza e desmobiliza. Honrar as vítimas do Holocausto é também lutar para que não haja mais lugar no mundo para novos genocídios.

Interessa-nos saber se o roteiro proposto para o memorial será conduzido por apostas que visem a reprodução da singularidade da Shoah. O contexto em que se gesta o memorial nos coloca em alerta para o tipo de reflexão que possa vir a ser suscitada. Não podemos esquecer que na atual conjuntura valores conservadores herdados do contra-Iluminismo encontram um terreno de experimentação privilegiado no Brasil de Crivellas e Bolsonaros, que naturalizam a morte e a tortura apostando na desumanização de amplos setores da população brasileira.

Um momento exemplar desse contexto foi a participação de Bolsonaro, ainda candidato e em plena campanha política, num evento no Clube Hebraica do Rio de Janeiro, em abril de 2017, do qual participaram cerca de 300 membros da comunidade judaica, descendentes de refugiados da Segunda Guerra Mundial. Bolsonaro atacou indígenas e quilombolas e prometeu acabar com todas as demarcações de terra para essas comunidades:

Se eu chegar lá (na Presidência), não vai ter dinheiro pra ONG. Esses vagabundos vão ter que trabalhar. Pode ter certeza que se eu chegar lá, no que depender de mim, todo mundo terá uma arma de fogo em casa, não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola (VEJA, 2017).

Promessa que parece estar em vias de se tornar realidade.

O Holocausto judeu, a escravidão e o apartheid representam formas de sofrimento originário. Para Mbembe (2002), todos eles são caracterizados por uma expropriação do *self* por forças inomináveis, onde o assassinato em massa implica em colocar a vida entre dois abismos, de modo que o sujeito não sabe mais se está vivo ou morto. Os entrelaçamentos entre nazismo, colonialismo, escravidão e apartheid são inúmeros. Autores na África, Europa e América Latina vêm oferecendo pesquisas que revelam estreitas relações.

No continente africano, três décadas antes da perseguição a judeus e outras minorias se tornar política de Estado na Alemanha, as práticas levadas a cabo no Holocausto já eram esboçadas numa vasta colônia africana. Entre 1904 e 1907, o então território da atual Namíbia foi palco do primeiro genocídio do século XX, praticado pelo governo do mesmo país que veria em 1930 o nazismo no poder. Além de massacres, houve internação em campos de concentração insalubres e expulsão de populações para o deserto, onde morreram de fome e sede. De acordo com Ventura (2019), a Namíbia foi um dos laboratórios em que se gestaram as ideias de extinção em massa e os entrelaçamentos entre raça, antropologia científica, extermínio e projeto político colonial. Os massacres contra os povos herero e nama pelos colonizadores alemães deixaram entre 75 mil e 100 mil mortos, quase levando à sua extinção. Segundo Zanini (2021), a Alemanha se prepara para indenizar os descendentes destes povos, após um processo político de reconhecimento do genocídio africano que teria sido precursor do nazismo.

Um outro trabalho, de Susann Lewerenz (2018), se debruça sobre o pós-colonialismo e o racismo na cultura visual na Alemanha. Sua tese de doutorado sobre entretenimento e exotificação na Alemanha no século XX recolhe histórias de vida de afrodescendentes na Alemanha, muitos deles chegados durante a República de Weimar. Eles sofreram a perseguição, a segregação, o racismo e a detenção no Campo de Concentração Neuengamme, hoje um lugar de memória perto de Hamburgo. A pesquisa de Lewerenz revela a participação ativa de afrodescendentes na resistência contra o nacional-socialismo e nas lutas anticoloniais em alguns países da África.

No Brasil, o historiador Sydney Aguilar descobriu alguns desses entrelaçamentos numa fazenda em Campina do Monte Alegre (SP), onde foram encontrados tijolos com o símbolo da suástica. Ele conseguiu demonstrar que, durante os anos 1920 e 1930, empresários simpatizantes do integralismo, do eugenismo e da ideia de pureza racial removeram 50 meninos órfãos do Rio de Janeiro para trabalharem por dez anos como escravos nessa fazenda. O trabalho de Sidney Aguilar revela os laços estreitos entre as elites brasileiras e crenças nazistas, refletidas em um projeto eugênico implementado

no Brasil. A “supremacia branca” e as tentativas de “branqueamento da população” marcaram a sociedade brasileira a tal ponto que a Constituição de 1934 absorveu e aceitou as teorias de eugenia e pureza racial.

Os entrelaçamentos enunciados nas pesquisas acima não buscam anular ou diminuir a importância do Holocausto, mas mostrar as suas conexões com outros genocídios e apontar para as condições subjacentes que tornaram possíveis os regimes racistas. Oferecer analogias com o processo de constituição do antissemitismo moderno é um passo fundamental para a compressão dos modelos totalitários de violência e anulação da alteridade.

Uma reflexão comparativa entre o colonialismo e o nazismo, enquanto configuração específica da modernidade assente numa ideologia de dominação essencialmente racista, não só faz todo o sentido como pode permitir iluminar reciprocamente aspectos relevantes da lógica de violência estrutural comum às duas formações históricas. Na verdade, a investigação recente, sem pôr em causa a singularidade do genocídio nazi, tem vindo a insistir em que esse genocídio não se torna compreensível sem uma perspectiva mais ampla capaz de o situar no *continuum* de violência que marca a modernidade europeia (RIBEIRO, 2016, p. 48).

De acordo com Souza Ribeiro, as historiografias do fascismo, do Holocausto e dos genocídios ocorridos durante o processo imperial e colonial têm sido levadas a dialogar. Na medida em que a memória do Holocausto se globalizou, ela se tornou uma plataforma para articulação com outras memórias de violência – especialmente aquelas que se relacionam com a escravidão e o colonialismo. Esses debates têm merecido atenção de todos os que procuram pensar os efeitos dessas discussões nas formas contemporâneas de rememoração e esquecimento do passado, colonial ou não:

Os termos definidos na Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948, nomeadamente no seu artigo 2.º – os atos «cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso» – passaram a ser explorados historicamente, de modo comparativo, escapando aos limites da razão jurídica, questionando os argumentos de excepcionalidade e singularidade histórica e resistindo a discurs-

sos simplistas sobre a causalidade histórica (a favor ou contra a sua existência, a favor ou contra a sua importância para pensar as genealogias várias do genocídio). Como consequência, os debates sobre a história e as memórias do império colonial alemão, do nazismo e do Holocausto ficam mais fecundos e, apesar dos riscos de anacronismo ou banalização, mais rigorosos (RIBEIRO, 2016, p. 67).

Sabemos, é claro, que uma coisa é a historiografia e outra a museografia, mas nossas inquietações seguem o convite de Trouillot (1995) para vigiar os usos públicos e políticos do saber histórico, assim como a produção de conhecimento histórico. Bandeira Jerônimo também propõe, como um imperativo ético e moral, a vigilância epistemológica e metodológica sobre testemunhos e memórias que instrumentalizam o dramático e o singular, “sob pena de servir apenas para a consagração coletiva de memórias privadas, individuais e de grupos específicos, com poder de mediatização da sua narrativa” (JERÔNIMO, 2016, p. 81).

A forma como a memória do genocídio é construída pode ser aprisionadora ou libertadora, pode contribuir para a proliferação de ideologias extremistas ou para uma maior conscientização de complexos processos históricos. Por isso fomos levadas a perguntar se o Memorial do Holocausto no Rio de Janeiro poderá ser um local de lutas libertárias, comprometido com os processos emancipatórios. Terá ele condições de se tornar um local de combate ao racismo, ao trabalho escravo, ao genocídio da juventude negra? Propiciará ele uma reflexão crítica sobre nosso presente e nossas formas de opressão contemporâneas? Auxiliará ele nas lutas dos grupos mais vulneráveis cujas memórias têm sido eclipsadas pelas políticas de memória ultraconservadoras que marcam o contexto carioca e brasileiro contemporâneo?

Michael Rothberg (2009) sugere que a lembrança do Holocausto pode ter dois modelos de memória: um modelo dominante de memória competitiva onde as memórias coletivas são vistas como se expulsando mutuamente para fora da esfera pública; e um modelo emergente cunhado por ele de “memória multidirecional” que coloca a memória do Holocausto em contato com outras memórias de violência – através de comparações com

colonialismo e o apartheid. Para Rothberg, todas as culturas de memória desenvolvem-se dialógica e interculturalmente – através de empréstimo, apropriação, justaposição e eco de outras histórias e outras tradições de memória. A teoria da memória multidirecional sugere uma reflexão sobre histórias e responsabilidades mais abrangentes, ao invés de pensá-las como uma ameaça às identidades sociais ancoradas nos traumas do passado.

Nosso questionamento é particularmente relevante pelo fato de estarmos lidando com empreendedores da memória que navegam entre interesses privados e corporativos identificados, e que têm marcado o ritmo e o conteúdo das reflexões coletivas sobre os passados no mercado memorial. Como conclui Bandeira Jerônimo, precisamos estar atentos, pois

Os riscos de mistificação, mitificação e amnésia abundam, face à miríade de empreendedores, publicistas e ativistas devotos que por aí pululam, ainda por cima recompensados por Estados que se sentem amiúde tentados a instrumentalizar o ativismo memorial que se instalou para efeitos vários: políticos, econômicos, sociais e culturais (JERÔNIMO, 2016, p. 84).

Como afirma Traverso, “O totalitarismo nasceu no seio da própria civilização, é seu filho. Essa civilização continua a ser a nossa e nós continuamos a viver num mundo em que Auschwitz delimita um horizonte de possibilidade, ainda que essa violência possa assumir outras formas ou outros alvos” (TRAVERSO, 2005, p. 112-113). E são exatamente essas formas de violência e de vida mutilada que são promovidas pelas ações dos atuais governos extremistas, com impactos diretos na vida de grupos vulneráveis como indígenas, negros e moradores das periferias urbanas, mas também na população como um todo (com um ano e três meses de pandemia, o número de mortos no Brasil já ultrapassa os 500 mil). Um governo que não se importa com seus mortos também não pode nutrir uma política da vida.

A reflexão sobre a presença de memoriais no espaço público é importante justamente pelo fato de que eles trazem o que há de mais negativo e odioso do passado e podem apontar para os entrelaçamentos com o momento presente. Eles seriam

uma tentativa particular de atribuir, aos visitantes, responsabilidade – se não pelo passado, ao menos pelo futuro – e empatia por outros seres humanos. São tentativas de compensar os erros graves do passado do único modo possível: são “promessas” arendtianas para o futuro, feitas pelas sociedades de forma a garantir que nunca sejam permitidas a violência e a atrocidade (SODARO, 2018, p. 225-226).

Tais memoriais se fundam na ideia de que a legitimação política no momento presente depende da reconciliação com o passado e de que é preciso criar um novo contrato com seu povo, com a humanidade e com as futuras gerações para que tais atos não sejam permitidos no futuro. Mas é justamente esse passado e seus efeitos no presente que não interessam aos atuais governos lembrar, trazer para o debate, suscitar reflexão e engajamento, mas sim perpetuar.

O modo como foi inaugurado o Memorial do Holocausto no Rio de Janeiro omite o fato do contexto histórico da escravização de pessoas negras e do Holocausto estarem entrelaçados de diferentes maneiras. Eles se entrelaçam não apenas no passado, pelo fato de um ter servido de antecâmara para o outro, ou pelo fato de ambos serem expressões do lado mais sombrio e perverso da era moderna, mas também no presente. Nunca é demais lembrar que, no caso dos dois memoriais analisados aqui, são justamente os representantes do governo federal e municipal que cultuam símbolos israelenses e judeus e que se desobrigam de suas responsabilidades junto à população negra e seu memorial. Assim, silenciam a história da escravização de africanos e seus descendentes, negam a existência do preconceito racial no país e seguem garantindo a produção e a reprodução da dominação racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, partimos da constatação de um tratamento desigual, por parte dos poderes públicos municipal e federal, dado ao Memorial do Holocausto Judeu e ao projeto de criação de um memorial da escravidão ou da diáspora africana no Sítio arqueológico Cais do Valongo, bem como ao

museu que o acompanharia. Durante a gestão de Crivella na prefeitura do Rio, pudemos testemunhar a diametral distância entre o investimento público na paisagem memorial dado à experiência dos judeus estigmatizados e massacrados pelo antissemitismo e a viabilização de um espaço memorial sobre a experiência dos povos africanos escravizados trazidos à força para as Américas pelo colonialismo europeu. Se a construção da identidade de um grupo está intimamente relacionada à tarefa de recuperação de uma memória, é gritante o contraste entre o empenho de líderes políticos do executivo municipal e federal no que diz respeito aos dois memoriais analisados aqui. Pudemos observar que muitas das recentes iniciativas de colocar em evidência o Memorial do Holocausto Judeu são concomitantes às práticas de ocultamento e silenciamento do memorial destinado a repensar criticamente a escravidão, e são promovidas pelos mesmos grupos de atores sociais. Tentamos trazer elementos de reflexão para a seguinte pergunta: por que temos atualmente uma intensa valorização da memória judaica sionista e ao mesmo tempo uma negação da memória dos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil?

Para responder a essa questão, nos apoiamos nas ideias de Enzo Traverso sobre o surgimento progressivo de uma indústria do holocausto, que ocorreu nas últimas décadas e se caracteriza por uma intensa mediatização desse evento. Para esse autor, o grande risco desse fenômeno é o de transformar o holocausto judeu num acontecimento único, através de narrativas que repousem sobre a sua incomparabilidade. Nessas situações, o Holocausto tende a se transformar no exemplo por excelência do contra-Iluminismo e a contribuir para uma apologia da ordem atual do mundo, como se o projeto de modernidade ocidental não contivesse em si mesmo enormes contradições e atos de extrema violência, condições necessárias à sua implementação e perpetuação.

Um dos efeitos perversos dessa tendência é que a exacerbação da memória do holocausto tende a ser acompanhada do silenciamento de outros genocídios, como o da escravização e do tráfico de africanos. Ou seja, a contraface da memória pública do holocausto se expressa na ausência de

locais dedicados à memória de outros genocídios cometidos na era moderna, como a escravização de africanos e seus descendentes. E esse fenômeno se complexifica na medida em que, no Brasil contemporâneo, os símbolos do judaísmo e do Holocausto são apropriados por grupos de extrema-direita que comandam o poder executivo federal e municipal, com intensas ramificações pelas igrejas neopentecostais. Por isso é que, no Brasil contemporâneo, a visibilização das memórias do Holocausto e o concomitante silenciamento das memórias públicas da escravização e do tráfico atlântico de pessoas escravizadas são dois lados de uma mesma moeda e precisam ser postos em relação. Não é por acaso que os mesmos representantes do executivo municipal e federal que se empenham em tornar pública a memória do Holocausto sejam justamente os que querem silenciar as memórias das pessoas negras escravizadas.

Para avançar nessa reflexão, acreditamos ser necessário seguir o debate dos historiadores (como Traverso, 2005, e Rothberg, 2009, entre outros) que propõem que o Holocausto judeu, a escravização de africanos e o colonialismo sejam fenômenos entrelaçados e que essas relações precisem ser explicitadas e debatidas. Mas, na medida em que os projetos de construção de memoriais do Holocausto são apropriados por setores políticos ultraconservadores, esvazia-se a possibilidade de que eles propiciem a compreensão de alguns desses vínculos, em vez de se apoiar apenas na incomparabilidade do fenômeno. Será que o Memorial do Holocausto Judeu no Rio de Janeiro irá contemplar de alguma maneira a violência colonial? O que temos observado é que a direita está se apropriando dos símbolos do judaísmo e esvaziando a sua simbologia, retirando-lhe todo o potencial transformador. Com isso, as referências ao Holocausto não conseguem ultrapassar as narrativas sobre a sua incomparabilidade e não conduzem ao debate fundamental sobre violação dos direitos humanos que poderia ampliar a discussão para outras formas de genocídio, pois não há interesse político em levantar essa reflexão.

Inspiradas em Mbembe (2002), acreditamos que uma das múltiplas formas de entrelaçamento desses dois memoriais e desses dois eventos dra-

máticos (o Holocausto e a escravização) encontre raízes na permanência de certas práticas e relações de dominação que perpassam a sociedade brasileira ao longo da história, desde os tempos do colonialismo e da escravidão. Essas relações de poder se inscrevem na longa duração e têm efeitos concretos e cotidianos na vida de milhões de pessoas. Assim, pensar os usos e significados dos dois memoriais em questão implica numa dimensão ao mesmo tempo ética e política (RIBEIRO, 2016) que permite atentar para a disputa política dentro da qual novas narrativas contestadoras da ordem possam emergir.

O que a observação das políticas diferenciadas destinadas aos dois memoriais nos revela é

Como constelações do passado, nomeadamente do passado colonial, se projectam e condicionam o presente: na forma de conceber a relação com o outro, na arquitetura das relações de poder, na persistência de formas de violência, [e] nas dinâmicas através das quais o campo político e cultural procura articular uma estratégia virada para a construção de um futuro que não constitua uma repetição do passado (RIBEIRO, 2016, p. 9).

Assim, ao suscitar uma reflexão sobre possíveis entrelaçamentos entre Holocausto, escravidão e colonialismo, tentamos oferecer alguns elementos para que essa virada se torne possível.

REFERÊNCIAS

A TARDE. Rio de Janeiro inaugura memorial às vítimas do holocausto. *A Tarde*, 13 dez. 2020. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2149956-rio-de-janeiro-inaugura-memorial-as-vitimas-do-holocausto>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ALMEIDA, R. de. A onda quebrada. Evangélicos e conservadorismo. *Cadernos Pagu*, n. 50, 2017a.

ALMEIDA, R. de. Os deuses do parlamento. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. esp., p. 71-79, jun. 2017b.

APPADURAI, Arjun. Commodities and the politics of value. In: APPADURAI, Arjun (Ed.). *The social life of things*. Londres: Cambridge U.P., 1986.

EXTRA. Traficantes evangélicos fecham pacto com milícia para expandir ‘Complexo de Israel’. *Extra*, 03 jan. 2021. Disponível em: <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-evangelicos-fecham-pacto-com-milicia-para-expandir-complexo-de-israel-24821015.html>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

GELLATELY, Robert; KIERNAN, Bem (org.). *The specter of genocide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

GHERMAN, Michel. Não judeus-judeus: a direita bolsonarista e os novos conversos. *Revista Rosa*, 28 dez. 2020. Disponível em: <<http://revistarosa.com/2/nao-judeus-judeus>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

JERÔNIMO, Miguel Bandeira. Revisitando os lutos inacabados do império. In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

LEWERENZ, Susann. Koloniales und rassistisches Denken und Handeln im Nationalsozialismus – Materialien für eine verflechtungsgeschichtliche Bildungsarbeit. *GedenkstättenRundbrief*, n. 192, p. 21-30, 2018.

MBEMBE, Achille. African Modes of Self-Writing. *Public Culture*, v. 14, n. 1, p. 239-273, 2002.

MIGUEZ, Luiza. Crivella no gogó: uma noite de aplausos para o prefeito. *Revista Piauí*, n. 142, jul. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/crivella-no-gogo/>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

RIBEIRO, António Sousa. Reversos da modernidade: colonialismo e Holocausto. In: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.). *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

RIOS, Débora. *As antigas Docas de D. Pedro II: trajetória, patrimonialização e desdobramentos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

ROTHBERG, Michael. *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. California: Stanford University Press, 2009.

SODARO, Amy. *Exhibiting atrocity: memorial museums and the politics of past violence*. London: Rutgers University Press, 2018.

TRAVERSO, Enzo. *Le Passé, mode d'emploi: histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique Éditions, 2005.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Abortive rituals: historical apologies in a global era. *Interventions*, v. 2, n. 2, p. 171–186, 2000.

VASSALLO, Simone Pondé; CACERES, Luz Stella Rodriguez. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 47–80, jan./abr. 2019.

VASSALLO, Simone Pondé. Interventions urbaines et processus de patrimonialisation: la construction d'un territoire noir dans la zone portuaire de Rio de Janeiro (1980-2000). In: CAPONE, Stefania; MORAIS, Mariana Ramos de (ed.). *Afro-patrimoines: culture afro-brésilienne et dynamiques patrimoniales*. Paris: Lahic/CNRS, 2015. p. 139-161.

VASSALLO, Simone Pondé; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015.

VENTURA, Teresa. Ativismo crítico pós-colonial: Raça, genocídio e reparação. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 2, n. 2, p. 114-132, abr. 2019.

VEJA. Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica. 06 abr. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>>. Acesso em 14 mar. 2022.

ZANINI, Fábio. Alemanha prepara reconhecimento de genocídio africano que foi precursor do nazismo. *Folha/UOL*, 19 maio 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/alemanha-prepara-reconhecimento-de-genocidio-africano-que-foi-precursor-do-nazismo.shtml>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

Filmes:

FRANCA, Belisario. *Menino 23*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7wHNxOohoPA>>. Acesso em: 14 mar. 2022.